



China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil e empresas controladas

CNPJ nº 07.450.604/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. "CCB Brasil" ou "Banco" submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os comentários aqui apresentados, exceto quando indicado de forma diferente, são demonstrados em bases consolidadas, abrangendo suas empresas controladas e em moeda corrente nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil "BACEN".

As Demonstrações Financeiras consolidadas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.br.ccb.com.

A Subsidiária China Construction Bank (Brasil)

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), com sede em Pequim, o segundo maior banco da China. Com histórico operacional desde 1954, as ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ambiente Econômico

No início do ano de 2018, a confiança na retomada da economia brasileira esteve amparada em importantes pilares macroeconômicos: queda da inflação e das taxas de juros, expansão, ainda que tímida, da concessão de crédito e da atividade produtiva. A greve dos caminhoneiros em maio e o período eleitoral no segundo semestre impactaram em um ambiente de negócios volátil, predominante avesso ao risco. Todavia, os fundamentos econômicos ao fim do exercício se mostraram resilientes e com capacidade de absorver eventuais reveses.

O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial no país, fechou 2018 em 3,75%, abaixo do centro da meta, e a taxa básica de juros (Selic) manteve-se estável em 6,50% a.a. A paridade Real - Dólar apresentou forte volatilidade ao longo de 2018. A mínima cotação no ano foi registrada em janeiro, quando alcançou R\$ 3,1392, enquanto a máxima foi registrada em setembro, ao atingir R\$ 4,1879. No término do ano, o dólar foi cotado a R\$ 3,8748, aumento de 17,11% na comparação com 2017.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,26 trilhões em dezembro de 2018, expansão de 5,46% em doze meses. Movendo-se com tendências distintas, o crédito com recursos livres expandiu 11,23% no ano e somou R\$ 1.582,70 bilhões, enquanto que o crédito direcionado recuou 0,62% no período e totalizou R\$ 1.503,0 bilhões. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 47,40% comparativamente a 47,20% no final de 2017.

Em 2018, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 58,45 bilhões, saldo inferior aos US\$ 67,07 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 239,68 bilhões (US\$ 217,81 bilhões em 2017) enquanto que as importações atingiram US\$ 181,19 bilhões (US\$ 150,73 bilhões em 2017).

O comércio do Brasil com a China em 2018 apresentou o saldo comercial de US\$ 29,48 bilhões, as exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 64,20 bilhões e US\$ 34,73 bilhões.

Para 2019, a economia brasileira encontra-se em uma posição favorável à retomada mais acelerada de crescimento. Inflação e juros em patamares historicamente mais baixos, famílias e empresas desalavancadas, taxas de inadimplência declinantes e espaço para expansão da oferta, com a utilização ociosa da capacidade produtiva, sem exigência de investimento num primeiro momento. O êxito de uma agenda de reformas estruturais tende a impactar positivamente na confiança dos empresários e consumidores, potencializando renda e emprego, um crescimento econômico mais forte e sustentável.

Desempenho

Os ativos totais atingiram R\$ 23.544,14 bilhões no término de 2018, crescimento de 21,61% em doze meses. A expansão dos ativos está diretamente associada ao desempenho das operações de crédito, que alcançaram R\$ 9.130,10 bilhões, volume 26,68% superior ao obtido no ano precedente. A carteira de crédito expandida, que inclui os avais e fianças, totalizou R\$ 10.688,75 bilhões, crescimento de 23,37% no período. A originação de novos créditos enfatizou a seletividade por ativos de melhor qualidade, conforme preconiza o Plano de Negócios do Banco. O indicador de NPLs, que associa os créditos catalogados na faixa D-H ao portfólio total, alcançou 7,26% no término de 2018, patamar sensivelmente inferior a 11,98%, apurado em 2017. Os créditos corporativos representavam 81,61% do portfólio.

Durante o exercício de 2018, o desenvolvimento das atividades creditícias foi respaldado por volume apreciável de liquidez, o caixa livre posicionou-se acima de R\$ 3,5 bilhões, e no encerramento do exercício, o saldo estava situado em R\$ 3.587,4 milhões.

A Matriz provê recursos à Subsidiária conforme sua necessidade operacional; no fim de 2018, estes recursos representavam 47,75% da captação total, que somava R\$ 13.497,57 milhões, expansão de 10,79% ante 2017. O *funding* doméstico estava principalmente composto por depósitos R\$ 3.141,74 milhões e letras emitidas (LCA, LF e LCI), que somaram R\$ 1.190,74 milhões.

O patrimônio líquido no término de 2018 atingiu R\$ 1.597,65 milhões e o índice de Basileia 18,12%. O Banco apurou, no exercício, o resultado líquido negativo de R\$ 190,64 milhões, sendo R\$ 106,7 milhões relativos a créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais baixados.

Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 1.725,75 milhões, o que representa 18,74% do total de títulos e valores mobiliários.

Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 25 de março de 2019).

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
ATIVO						PASSIVO					
Circulante		7.920.347	6.365.924	7.842.402	6.423.221	Circulante		18.553.996	14.362.957	18.246.949	14.025.454
Disponibilidades	4a.	40.221	92.599	40.427	93.107	Depósitos	16.	3.089.645	3.164.964	2.828.453	2.890.812
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		3.347.080	854.818	2.830.360	249.499	Depósitos à vista		85.706	88.247	84.316	86.470
Aplicações no mercado aberto	4b.	2.654.995	53.008	2.654.995	53.008	Depósitos de poupança		3.241	7.393	3.241	7.393
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	521.214	610.874	4.494	5.555	Depósitos interfinanceiros		363.145	580.568	105.937	312.847
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	170.871	190.936	170.871	190.936	Depósitos a prazo		2.637.553	2.488.756	2.634.959	2.484.102
Títulos e Valores Mobiliários e						Captações no Mercado Aberto	17a.	6.861.998	3.165.367	6.835.034	3.138.816
Instrumentos Financeiros Derivativos		229.554	133.306	229.554	133.306	Carteira própria		6.667.803	3.165.367	6.640.839	3.138.816
Carteira própria	5b.	59.464	84.700	59.464	84.700	Carteira de terceiros		194.195	-	194.195	-
Vinculados a operações compromissadas	5b.	101.265	-	101.265	-	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	744.609	199.024	744.609	199.335
Instrumentos financeiros derivativos	6.	68.825	48.606	68.825	48.606	Recursos de letras emitidas		744.609	199.024	744.609	199.024
Relações Interfinanceiras		6.517	21.595	6.517	21.595	Letras de crédito imobiliário		41.943	37.021	41.943	37.021
Depósitos no Banco Central		6.517	21.595	6.517	21.595	Letras de crédito de agronegócio		562.419	134.198	562.419	134.198
Operações de Crédito		2.889.396	3.226.278	3.273.984	3.810.214	Letras financeiras		140.247	27.805	140.247	27.805
Operações de crédito		2.964.851	3.227.591	3.457.018	3.945.660	Recursos de aceites cambiais		-	-	-	311
Setor público	7.	-	9.779	-	9.779	Relações Interdependências		31.184	5.661	31.184	5.661
Setor privado	7.	2.964.851	3.217.812	3.457.018	3.935.881	Recursos em trânsito de terceiros		31.184	5.661	31.184	5.661
Operações de crédito vinculadas a cessão		76.157	108.434	-	-	Obrigações por Empréstimos	18.	6.659.258	6.182.481	6.659.258	6.182.481
Provisão para operações de		(151.612)	(109.747)	(183.034)	(135.446)	Empréstimos no exterior		6.659.258	6.182.481	6.659.258	6.182.481
crédito de liquidação duvidosa	8.	(151.612)	(109.747)	(183.034)	(135.446)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	128.887	41.700	128.887	41.700
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	-	-	18.933	7.528	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		124.696	35.561	124.696	35.561
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	24.098	18.398	Ministério das Cidades		4.191	6.139	4.191	6.139
Provisão para créditos de arrendamento		-	-	-	-	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	22.688	76.226	22.688	76.226
mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(5.165)	(10.870)	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	14.730	3.377	14.730	3.377
Outros Créditos		1.385.040	2.001.767	1.418.003	2.070.166	Instrumentos financeiros derivativos		14.730	3.377	14.730	3.377
Avais e fianças honrados		1.026	43.075	1.026	43.075	Outras Obrigações		1.000.997	1.524.157	982.106	1.487.046
Carteira de câmbio	9.	1.151.415	1.676.652	1.151.415	1.676.652	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		383	199	392	244
Rendas a receber		16.047	20.824	10.778	20.823	Carteira de câmbio	9.	43.996	1.047.023	43.996	1.047.023
Negociação e intermediação de valores		5.218	2.663	5.218	2.663	Sociais e estatutárias		19.416	10.704	19.416	10.704
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	105.096	190.814	136.925	217.179	Fiscais e previdenciárias	20.	206.671	106.937	249.194	176.658
Diversos	10.	206.440	165.996	212.857	209.238	Negociação e intermediação de valores		5.245	4.699	5.245	4.699
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(100.202)	(98.257)	(100.216)	(99.464)	Dívida subordinada	23a.	505.870	15.161	505.870	15.161
Outros Valores e Bens		22.539	35.561	24.624	37.806	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	24b.	7.052	16.403	7.052	16.403
Despesas antecipadas		22.539	35.561	24.624	37.806	Diversas	21.	212.364	323.311	150.941	216.154
Realizável a Longo Prazo		15.539.972	12.965.487	15.639.464	12.854.416	Exigível a Longo Prazo		3.767.730	3.678.109	3.683.239	3.519.828
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		437.987	1.077.291	909	-	Depósitos	16.	321.434	292.363	313.287	282.524
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	437.987	1.077.291	909	-	Depósitos interfinanceiros		27.678	29.972	27.678	29.972
Títulos e Valores Mobiliários e						Depósitos a prazo		293.756	262.391	285.609	252.552
Instrumentos Financeiros Derivativos		9.413.801	8.505.999	9.424.165	8.515.737	Captações no Mercado Aberto	17a.	197.403	-	193.868	-
Carteira própria	5b.	1.879.167	4.860.576	1.879.167	4.860.576	Carteira própria		3.535	-	-	-
Vinculados a operações compromissadas	5b.	7.077.524	3.173.541	7.077.524	3.173.541	Carteira de terceiros		193.868	-	193.868	-
Vinculados a prestação de garantias	5b.	80.433	223.049	90.797	232.787	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17b.	446.129	152.210	446.129	152.210
Instrumentos financeiros derivativos	6.	376.677	248.833	376.677	248.833	Recursos de letras emitidas		446.129	152.210	446.129	152.210
Operações de Crédito		3.664.103	1.347.233	4.093.833	2.203.626	Letras de crédito imobiliário		2.839	921	2.839	921
Operações de crédito		3.772.915	1.392.282	4.330.881	2.432.164	Letras de crédito de agronegócio		41.604	19.910	41.604	19.910
Setor privado	7.	3.772.915	1.392.282	4.330.881	2.432.164	Letras financeiras		401.686	131.379	401.686	131.379
Operações de crédito vinculadas a cessão	7.	100.804	166.235	-	-	Obrigações por Empréstimos	18.	84.334	268.824	84.334	268.824
Provisão para operações de		(209.616)	(211.284)	(237.048)	(228.538)	Empréstimos no exterior		84.334	268.824	84.334	268.824
crédito de liquidação duvidosa	8.	(209.616)	(211.284)	(237.048)	(228.538)	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	19.	4.883	-	4.883	-
Operações de Arrendamento Mercantil	7g.	-	-	12.524	2.211	Ministério da Agricultura - FUNCAFÉ		4.883	-	4.883	-
Arrendamentos a receber - setor privado		-	-	19.400	12.649	Obrigações por Repasses do Exterior	18.	44.226	-	44.226	-
Provisão para créditos de arrendamento		-	-	-	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.	7.233	1.775	7.233	1.775
mercantil de liquidação duvidosa	8.	-	-	(6.876)	(10.438)	Instrumentos financeiros derivativos		7.233	1.775	7.233	1.775
Outros Créditos		1.773.307	1.749.122	1.850.833	1.826.853	Outras Obrigações		2.662.088	2.962.937	2.589.279	2.814.495
Rendas a receber		1.950	3.031	1.950	3.031	Fiscais e previdenciárias	20.	-	-	5.123	4.383
Ativo fiscal diferido - créditos tributários	26a.	956.482	852.374	997.778	922.947	Dívida subordinada	23a.	1.049.173	1.352.860	1.049.173	1.352.860
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	26b.	307.981	333.301	307.981	333.301	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	23b.	658.716	551.978	658.716	551.978
Diversos	10.	514.489	570.520	550.719	577.678	Diversas	21.	954.199	1.058.099	876.267	905.274
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8.	(7.595)	(10.104)	(7.595)	(10.104)	Resultados de Exercícios Futuros	24.	16.310	26.462	16.310	26.462
Outros Valores e Bens		250.774	285.842	257.200	305.989	Patrimônio Líquido	25.	1.534.993	1.731.001	1.597.646	1.788.752
Outros valores e bens	11.	397.931	405.749	410.272	423.389	Capital Social		2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Despesas antecipadas		8.271	15.529	9.987	25.482	De domiciliados no país		2.956.864	2.956.864	2.956.864	2.956.864
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	11.	(155.428)	(135.436)	(163.059)	(142.882)	Reservas de capital		899	899	899	899
Permanente		412.710	467.118	62.278	82.859	Ajustes de avaliação patrimonial		2.220	2.682	2	

☆ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação do capital social														
	Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
		2º Se- mestre 2018	2018	2017	2º Se- mestre 2018	2018	2017		2º Se- mestre 2018	2018	2017	2º Se- mestre 2018	2018	2017
Receitas da Intermediação														
Financeira		785.714	2.469.390	2.043.395	868.618	2.566.345	2.256.760							
Operações de crédito	27a.	301.365	1.147.450	674.921	461.461	1.423.611	1.168.111							
Operações de arrendamento mercantil		-	-	-	1.898	4.282	13.749							
Resultado de títulos e valores mobiliários	27b.	425.111	1.015.662	1.089.162	346.021	832.174	795.588							
Resultado de câmbio	27d.	54.324	203.777	95.205	54.324	203.777	95.205							
Resultado de aplicações compulsórias		8	39	144	8	39	144							
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		4.906	102.462	183.963	4.906	102.462	183.963							
Despesas da Intermediação														
Financeira		(796.368)	(2.370.228)	(2.020.351)	(803.525)	(2.385.292)	(1.977.824)							
Captação no mercado	27e.	(405.018)	(975.085)	(927.459)	(394.892)	(954.443)	(897.794)							
Empréstimos, cessões e repasses	27f.	(158.096)	(1.250.542)	(239.222)	(158.096)	(1.250.542)	(239.222)							
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	27c.	(70.114)	228.910	(358.603)	(70.114)	228.910	(358.603)							
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(20.906)	(66.139)	(233.914)	-	(19.730)	(139.935)							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.	(142.234)	(307.372)	(261.153)	(180.423)	(389.487)	(342.270)							
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(10.654)	99.162	23.044	65.093	181.053	278.936							
Outras Receitas (Despesas)														
Operacionais		(136.668)	(160.379)	(380.829)	(166.629)	(213.449)	(522.425)							
Receitas de prestação de serviços		21.151	44.642	50.031	21.505	45.468	62.608							
Rendas de tarifas bancárias		1.610	2.543	5.050	1.610	2.543	5.071							
Despesas de pessoal	27i.	(86.760)	(164.942)	(238.424)	(95.680)	(182.134)	(260.184)							
Despesas tributárias	27k.	(9.217)	(16.266)	(19.890)	(12.444)	(23.913)	(34.451)							
Resultado de participações em controladas	14.	(13.862)	(20.450)	9.832	(597)	(1.350)	(1.726)							
Outras despesas administrativas	27j.	(54.725)	(104.421)	(121.569)	(71.221)	(138.446)	(157.884)							
Outras receitas operacionais	27g.	225.276	384.244	211.499	233.531	408.591	233.669							
Outras despesas operacionais	27h.	(220.141)	(285.729)	(277.358)	(243.333)	(324.208)	(369.528)							
Resultado Operacional		(147.322)	(61.217)	(357.785)	(101.536)	(32.396)	(243.489)							
Resultado não operacional	27l.	(30.934)	(28.497)	(59.607)	(31.129)	(27.324)	(56.410)							
Resultado Antes da Tributação		(178.256)	(89.714)	(417.392)	(132.665)	(59.720)	(299.899)							
Imposto de renda	26d.	(31.538)	(78.572)	(47.832)	(40.373)	(79.424)	(88.548)							
Contribuição social	26d.	(18.416)	(45.651)	(30.191)	(23.675)	(46.078)	(58.211)							
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	26d.	(20.565)	18.391	(311.896)	(24.615)	(5.422)	(302.902)							
(Prejuízo) do Semestre/Exercício		(248.775)	(195.546)	(807.311)	(221.328)	(190.644)	(749.560)							
Número de Ações														
Integralizadas (mil)	25a.	465.631	465.631	465.631										
(Prejuízo) por Ação do Capital Social - R\$		(0,53)	(0,42)	(1,73)										

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS E SEMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais														
	Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO			Nota	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
		2º Se- mestre 2018	2018	2017	2º Se- mestre 2018	2018	2017		2º Se- mestre 2018	2018	2017	2º Se- mestre 2018	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais														
Prejuízo do Período		(248.775)	(195.546)	(807.311)	(221.328)	(190.644)	(749.560)							
Ajustes ao Resultado		119.346	140.006	623.815	169.704	234.370	742.388							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	142.234	307.372	261.153	180.423	389.487	342.270								
Depreciações e amortizações	6.257	12.882	18.611	6.621	13.610	19.418								
Provisão outras	22.775	20.079	47.908	23.368	20.265	47.992								
Provisão para contingências e fianças prestadas	13.506	45.455	117.622	16.581	50.583	118.209								
Provisão para empréstimos vinculados - 27g	(108.578)	(246.345)	(152.244)	(108.578)	(246.345)	(152.244)								
Crédito tributário	70.519	105.832	389.919	92.312	132.483	418.355								
Resultado de participações em controladas	13.862	20.450	(9.832)	597	1.350	1.726								
(Ganho) na venda de imobilizado	(14)	(1.304)	(3.962)	(14)	(1.304)	(3.962)								
(Ganho)/perda na venda bens não de uso próprio	8.354	7.402	(240)	7.963	6.058	(4.256)								
Perda na venda de intangível	32	32	-	32	32	-								
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(54.860)	(142.368)	(55.639)	(54.860)	(142.368)	(55.639)								
Amortização de ágio	5.259	10.519	10.519	5.259	10.519	10.519								
Prejuízo Ajustado		(129.429)	(55.540)	(183.496)	(51.624)	43.726	(7.172)							
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(359.725)	(987.702)	(633.095)	(360.042)	(988.328)	(634.246)								
(Aumento)/redução em relações interfinanceiras e interdependências	25.934	40.602	(13.867)	25.934	40.602	(13.867)								
(Aumento) em operações de crédito e de arrendamento mercantil	(947.188)	(2.760.741)	(426.650)	(896.774)	(2.534.402)	(751.765)								
(Aumento)/redução em outros créditos e outros valores e bens	270.486	570.646	(1.128.286)	278.498	603.525	(1.081.561)								
Aumento/(redução) em depósitos	(549.806)	(46.247)	952.233	(529.427)	(31.597)	869.817								
Aumento/(redução) em captações no mercado aberto	2.362.670	3.894.034	(3.757.766)	2.347.622	3.890.086	(3.729.420)								
Aumento em recursos de emissão de títulos	352.618	839.504	-	352.618	839.192	-								
Aumento/(redução) em outras obrigações	(474.726)	(1.254.002)	521.390	(448.609)	(1.157.263)	927.342								
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	(5.757)	-	(4.548)	(29.270)	(22.875)								
Pagamento de juros	(69.703)	(188.785)	(269.903)	(69.703)	(188.785)	(269.903)								
Recebimento de juros	138.442	514.383	360.642	266.412	810.231	662.015								
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(11.032)	(9.824)	(4.266)	(11.032)	(9.824)	(4.266)								
Caixa Líquido (Utilizado)/ Proveniente nas Atividades Operacionais		896.155	1.279.535	(4.046.939)	899.485	1.288.045	(4.048.190)							
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos														
Alienação de bens não de uso próprio	27.829	38.667	18.698	34.905	52.458	28.828								
Alienação de investimentos	-	-	100	-	-	100								
Alienação de imobilizado de uso e de arrendamento mercantil	15	6.253	42.304	15	6.253	43.221								
Aquisição de bens não de uso próprio	(93)	(38.579)	(66.740)	(4.469)	(45.726)	(76.011)								
Aquisição de imobilizado de uso	(96)	(6.311)	(10.184)	(150)	(6.391)	(10.686)								
Aplicação no intangível	(905)	(2.317)	(4.762)	(937)	(2.349)	(4.762)								
Juros sobre o capital próprio recebido	6.175	15.343	-	-	-	-								
Caixa Líquido (Utilizado)/ Proveniente nas Atividades de Investimentos		32.925	13.056	(20.584)	29.364	4.245	(19.310)							
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos														
(Redução) em recursos de emissão de títulos	-	-	(28.352)	-	-	(28.321)								
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	10.015.700	18.857.942	10.682.979	10.015.700	18.857.942	10.682.979								
Aumento em dívidas subordinadas	20.801	227.064	125.990	20.801	227.064	125.990								
Aumento/(redução) em instrumento de dívida elegíveis a capital	(7.532)	109.353	238.515	(7.532)	109.353	238.515								
Pagamento de empréstimos	(9.824.069)	(18.099.775)	(11.752.566)	(9.824.069)	(18.099.775)	(11.752.566)								
Aumento de capital	-	-	1.260.716	-	-	1.260.716								
Ágio na emissão de ações	-	-	1.103	-	-	1.103								
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos		204.900	1.094.584	528.385	204.900	1.094.584	528.416							
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.133.980	2.387.175	(3.539.138)	1.133.749	2.386.874	(3.539.084)							
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.677.247	336.544	3.820.042	1.677.684	337.051	3.820.496								
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	54.860	142.368	55.639	54.860	142.368	55.639								
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.866.087	2.866.087	336.543	2.866.293	2.866.293	337.051								
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa														

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A., anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - Bicanco ("Companhia", "Instituição", "Múltiplo", "CCB Brasil" ou "Banco") e empresas controladas ("Consolidado") constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma *Joint Venture* destinada a operações no mercado de *Factoring e Forfaiting*. Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brasil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding) ("Controlador"), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

Em 22 de dezembro de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas regularmente convocada, foi deliberada a efetivação do resgate de 2.339.260 ações que integram o capital social da Instituição, sendo 550.940 ordinárias e 1.788.320 preferenciais, detidas por acionistas minoritários. A liquidação financeira, por conta do resgate de ações, teve início em 04 de janeiro de 2018, conforme faculta a legislação societária. A partir do resgate das ações detidas pelos minoritários, a CCB Holding assumiu a titularidade de 100% das ações ordinárias e preferenciais do CCB Brasil.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil incluída a dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil e empresas controladas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN.

Desde 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emite pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, o CCB Brasil, na elaboração das suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos, já homologados pelo BACEN:

- a) CPC (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico - Resolução CMN nº 4.144/12;
- b) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº 3.566/08;
- c) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/16;
- d) CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - Resolução CMN nº 3.604/08;
- e) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/16;
- f) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09;
- g) CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN nº 4.007/11;
- i) CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11;
- j) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN nº 3.823/09;
- k) CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16, e
- l) CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de março de 2019.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e as empresas controladas (conforme quadro abaixo), e foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CMN, quando aplicável, apresentando as operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado.

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Participação

	%
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	100
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
CCB Brasil Informática S.A.	100
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	100
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	100
CCB Brasil Cobrança Ltda.	100

b.1) Reconciliação do lucro e do patrimônio líquido do CCB Brasil (MÚLTIPLO) x CCB Brasil (CONSOLIDADO)

	2018	2017
Resultado do exercício (Múltiplo)	(195.546)	(807.311)
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	3.149	54.742
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	1.753	3.009
Resultado do exercício (Consolidado)	(190.644)	(749.560)
	2018	2017
Patrimônio líquido do exercício (Múltiplo)	1.534.993	1.731.001
Hedge accounting carteira de varejo (líquido de efeitos tributários)	57.891	54.742
Provisão para operações de crédito cedidas à controlada CCB Brasil Financeira	4.762	3.009
Patrimônio líquido do exercício (Consolidado)	1.597.646	1.788.752

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências, obrigações e respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, e a avaliação do valor de mercado dos instrumentos financeiros e derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O CCB Brasil revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do CCB Brasil.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, cujas operações são realizadas em moeda estrangeira, por se tratar na essência de uma extensão das atividades no Brasil, sem grau significativo de autonomia, a moeda funcional determinada segundo critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.524/16 é o Real, sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, e o resultado convertido pela taxa de câmbio da data da transação. Os ajustes decorrentes da conversão são registrados em contrapartida ao resultado do período.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e) Ativo circulante e realizável a longo prazo

e.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2) Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3) Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Para a apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, incluindo entre outros, a situação financeira entre as partes, níveis de inadimplência, os fluxos de caixa futuros esperados, os valores estimados de recuperação e realização das garantias, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração, conforme demonstrado na nota 7d - Composição da carteira por níveis de risco.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais.

e.5) Outros valores e bens - Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data-base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, consequentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6) Outros valores e bens - Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente até 2016, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da manutenção de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, de forma linear pelo prazo máximo de 36 meses, contados a partir de seu registro ou imediatamente, quando da liquidação ou da baixa da operação por qualquer motivo. As comissões nomeadas como Custos de Originação, são reconhecidas a partir de 2017, integralmente no resultado do exercício.

e.7) Demais ativos financeiros, circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f) Permanente

f.1) Os investimentos em controladas, nas demonstrações financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos.

f.2) Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.535/16, correspondem aos bens tangíveis próprios e as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, desde que utilizados no desempenho das atividades da instituição por período superior a um ano e devem ser reconhecidos pelo valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor de custo compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, os custos diretamente atribuíveis, necessários para o seu funcionamento e o valor da estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado, caso a Instituição assuma a obrigação de arcar com tais custos na data de aquisição do ativo. A depreciação, reconhecida mensalmente, de forma linear, com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 4%; móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.

f.3) Em atendimento ao estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a administração efetua teste de valor recuperável dos seus ativos anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, uma perda por impairment ocorre quando o valor líquido do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

f.4) O ativo intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Instituição, destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade, reconhecidos pelo valor de custo, amortizados mensalmente ao longo da vida útil estimada do ativo, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.534/16.

g) Passivo

g.1) Empréstimos no exterior vinculados a operações de crédito (Resolução CMN nº 2.921/02)

São registradas pelo valor da captação, acrescido dos encargos apropriados até a data do balanço, ajustados pela estimativa de perda de crédito dos ativos vinculados através de conta retificadora do passivo em contrapartida ao resultado do período, visando refletir a melhor estimativa do valor de desembolso ao investidor.

g.2) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata") e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, e alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre o lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a Lei nº 13.169/15. O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais realizáveis em até 10 anos estão registrados em "Outros Créditos - Diversos".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22a). O CCB Brasil não possui ativos contingentes de êxito provável;

Provisões: são reconhecidas contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 22);

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. O termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i) Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.533/08, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão, é baixado no ato da operação e o resultado é reconhecido em lucros ou prejuízos por transferência de ativos financeiros.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e, (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador. Nessa categoria, o ativo objeto da cessão é mantido nos livros contábeis e é reconhecido um passivo a favor do cessionário pelo valor da cessão. Os ativos continuam gerando resultado positivo e o passivo gerando despesa pela taxa aplicada na cessão. Esses valores são registrados em contas de receita de transferência de ativos financeiros (ativo) e despesa de transferência de ativos financeiros (passivo), pelo prazo das operações cedidas.

- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** são classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. O Banco não trabalha com essa modalidade. A avaliação quanto a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4. Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Disponibilidades

	MÚLTIPLO	CONSOLIDADO
	2018	2017
Caixa	595	2.247
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	39.626	90.352
Total	40.221	92.599
	2018	2017
	595	2.247
	39.822	90.860
	40.427	93.107

continua ☆

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Aplicações no mercado aberto

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Até 30 dias	2.654.995	53.008

c) Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Até 30 dias	108.469	2.083	2.061	2.083
De 31 a 90 dias	2.433	188.547	2.433	2.441
De 91 a 360 dias	410.312	420.244	-	1.031
Acima de 360 dias	437.987	1.077.291	909	-
Total	959.201	1.688.165	5.403	5.555

d) Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Até 30 dias	170.871	190.936

5. Títulos e valores mobiliários

a) Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	2018						
	CONSOLIDADO MÚLTIPLO						Total
	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado	Total contábil
Títulos disponíveis para venda	145.539	-	7.336.931	7.482.470	7.478.770	7.482.470	7.472.106
Carteira própria (*)	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393	709.393
Letras Financeiras Tesouro	44.274	-	665.119	709.393	709.214	709.393	709.393
Vinculados a operações compromissadas	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280	6.682.280
Letras Financeiras Tesouro	101.265	-	6.581.015	6.682.280	6.678.756	6.682.280	6.682.280
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797	80.433
Letras Financeiras Tesouro	-	-	90.797	90.797	90.800	90.797	80.433
Títulos mantidos até o vencimento	-	15.190	1.710.557	1.725.747	1.725.747	1.764.522	1.725.747
Carteira própria	-	15.190	1.214.048	1.229.238	1.229.238	1.255.571	1.229.238
Debêntures	-	15.190	-	15.190	15.190	15.181	15.190
Cotas - FIDC	-	-	44.709	44.709	44.709	44.709	44.709
Global Bonds	-	-	1.169.339	1.169.339	1.169.339	1.195.681	1.169.339
Vinculados a operações compromissadas	-	-	496.509	496.509	496.509	508.951	496.509
Global Bonds	-	-	496.509	496.509	496.509	508.951	496.509
Total	145.539	15.190	9.047.488	9.208.217	9.204.517	9.246.992	9.197.853

(*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo inclui R\$ 77.213 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.170 referente processos judiciais e R\$ 414 referente outras garantias.

	2017						
	CONSOLIDADO MÚLTIPLO						Total
	Sem vencimento	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos disponíveis para venda	6.030	-	55.834	7.035.262	7.097.126	7.082.916	7.097.126
Carteira própria (*)	6.030	-	55.834	3.628.934	3.690.798	3.689.625	3.690.798
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	3.624.485	3.624.485	3.622.398	3.624.485
Notas do Tesouro	-	-	55.834	-	55.834	55.241	55.834
Debêntures	-	-	-	4.449	4.449	5.956	4.449
Carteira de renda variável	6.030	-	-	6.030	6.030	6.030	6.030
Vinculados a operações compromissadas	-	-	-	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	3.173.541	3.173.541	3.170.244	3.173.541
Vinculados a prestação de garantias (**)	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	232.787	232.787	223.047	232.787
Títulos mantidos até o vencimento	-	22.836	-	1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.339.781
Carteira própria	-	22.836	-	1.231.642	1.254.478	1.254.478	1.254.478
Cotas - FIDC	-	22.836	-	22.836	22.836	22.836	22.836
Global Bonds	-	-	-	1.231.642	1.231.642	1.316.945	1.231.642
Total	6.030	22.836	55.834	8.266.904	8.351.604	8.337.394	8.436.907

(*) Distribuição de prazos efetuado com base no vencimento nominal sem considerar a característica de elevada liquidez dos títulos públicos.

(**) O saldo inclui R\$ 212.995 referente margem depositada em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos (nota 6f), R\$ 13.015 referente processos judiciais e R\$ 6.777 referente outras garantias. Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, as cotas de FIDC são custodiadas nas instituições custodiantes nomeadas pelo Administrador dos Fundos e os Global Bonds são custodiados no CEDEL Clearstream.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários divulgados pela ANBIMA na data de balanço, Debêntures com base na última negociação divulgada pela ANBIMA, Global Bonds com base no mercado secundário (Bloomberg) e o das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador do fundo.

c) Reclassificação de categoria dos títulos e valores mobiliários

No final do exercício de 2017, visando refletir adequadamente o processo de gestão de caixa do Conglomerado, a Administração procedeu a reclassificação de títulos classificados na carteira de títulos para negociação, no montante de R\$ 4.190.678, para a categoria disponível para venda.

6. Carteira de instrumentos financeiros DERIVATIVOS

a) Política de utilização

Em função da Regra de *Paul Volcker*, aplicável ao Grupo CCB globalmente, as operações da carteira *trading* do CCB Brasil estão restritas às operações de derivativos com clientes e devem sempre ter *hedge*. Durante o exercício o CCB Brasil realizou operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes sempre protegidas por *hedge*, bem como faz uso de derivativos para fazer *hedge* de suas exposições a preços e taxas de juros da carteira *banking*. Seu objetivo foi o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado decorrentes dos descasamentos de ativos e passivos do Conglomerado.

b) Proteção das Exposições Cambiais

O CCB Brasil efetua operações de *Swap*, *NDF* e Mercado Futuro para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior e empréstimos em moeda estrangeira com o objetivo de se proteger do risco de variação cambial e do cupom das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico e contábil quando aplicável, para essas operações.

c) Proteção do Portfólio com Taxas Prefixadas

A Instituição adota a estratégia de adquirir contratos futuros de DI, avaliando o montante alocado por prazo do portfólio de crédito e o montante por vencimento dos contratos futuros de DI. Tendo em vista que o portfólio de crédito, objeto de *hedge*, está distribuído entre as empresas (Banco e Financeira), e os contratos futuros estão todos concentrados no Banco, desta forma, a designação do *fair value hedge* dessa relação foi aplicado apenas no balanço consolidado. A cobertura do *hedge* é monitorada diariamente e avaliada trimestralmente para fins de efetividade e manutenção do *hedge* contábil, e atende critérios que consideram a carteira total deduzida dos atrasos e o pré-pagamento. A Tesouraria do Banco avalia a necessidade de compra ou venda de novos contratos futuros de DI para contrabalançar o ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge* com o objetivo de garantir uma efetividade do *hedge* no intervalo de 80% a 125% considerando a relação entre a variação à mercado do *layer* protegido, objeto de *hedge* designado e a variação à mercado dos contratos futuros de DI.

d) Gerenciamento de risco

O CCB Brasil opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31 de dezembro de 2018 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros e cupom de dólar que visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR (para a carteira *trading*), EVE e NII (para a carteira *banking* e global), Rentabilidade e Risco de Liquidez.

e) Critérios de mensuração do valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

• Futuros e Termo: cotações em bolsas, e

• *Swap*: estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável.

f) Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco até 31 de dezembro de 2018), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o *Hedge* de Risco de Mercado, os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2018 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	8.692	2.959	6.618	(491.081)	(229.525)	(713.988)
Moeda Estrangeira	425.962	18.178	(6.618)	464.708	229.525	687.615
Pré	624	-	-	26.373	-	26.373
Subtotal	435.278	21.137	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	9.682	(167)	-	-	-	-
Total	444.960	20.970	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	2	59	1.237	1.258	-	2.495
Venda de Termo/NDF	540	934	(5.203)	(33.942)	-	(39.145)
Subtotal	542	993	-	-	-	-
Total	445.502	21.963	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	575	(176.913)	(586.063)	(1.407.997)	(2.170.973)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	4.607	11.619	1.334.355	-	1.345.974
Compra - Moeda Estrangeira	-	28	6.788	-	-	6.788
Venda - Moeda Estrangeira	5.218	-	(1.285.584)	-	-	(1.285.584)
Total	5.218	5.210	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações em aberto em 31 de dezembro de 2017 apresentam as seguintes características:

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	Valor de referência					
	Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer a mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	809	792	44.834	(1.335.111)	(259.421)	(1.549.698)
Moeda Estrangeira	282.036	4.098	(44.834)	1.294.452	259.421	1.509.039
Pré	19	-	-	40.659	-	40.659
Subtotal	282.864	4.890	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	12.990	(452)	-	-	-	-
Total	295.854	4.438	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	29	-	664	247	-	911
Venda de Termo/NDF	1.556	714	(4.158)	(34.994)	-	(39.152)
Subtotal	1.585	714	-	-	-	-
Total	297.439	5.152	-	-	-	-
Contratos Futuros (*)						
Compra - Mercado Interfinanceiro	2	-	10.494	-	-	10.494
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	(2.032)	(740.108)	(547.375)	(1.887.286)	(3.174.769)
Compra - DDI - Cupom Cambial	203	-	771.848	936.114	8.036	1.715.998
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	2.524	(105.965)	(65.230)	-	(171.195)
Compra - Moeda Estrangeira	2.458	-	114.145	-	-	114.145
Venda - Moeda Estrangeira	-	93	(1.312.514)	-	-	(1.312.514)
Total	2.663	585	-	-	-	-

(*) O registro dos valores a pagar e valores a receber dos contratos futuros estão apresentados nas rubricas de Outros Créditos e Outras Obrigações.

As operações de *swap* e *NDF* encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de "mercado futuro" encontram-se registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa. O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO			
		2018	2017	Valor contábil	Valor justo
L.F.T	01/03/2020	-	-	212.995	212.995
L.F.T	01/09/2020	77.213	77.213	-	-
Total		77.213	77.213	212.995	212.995

g) Hedge accounting

A partir do exercício de 2015 com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contrata operações de instrumentos financeiros derivativos (USDxCDI), com valores, prazos e taxas similares, e classifica a estrutura como *hedge accounting* de risco de mercado.

O Banco e a Financeira detêm portfólios de empréstimos consignados de funcionários públicos e aposentados, e operações de financiamento de veículos. Os créditos são concedidos a taxas pré-fixadas, expõem a Instituição ao risco de mercado decorrente das oscilações da taxa referencial dos depósitos interbancários (CDI), indexador no qual o custo de *funding* e o gerenciamento de risco da Instituição são controlados. Desta forma, para cobertura do risco da taxa pré-fixada às oscilações do CDI, a partir de janeiro de 2017, a tesouraria do Banco adquire contratos futuros de DI em uma relação de quantidades x vencimentos que compensem o efeito de ajuste a valor de mercado do objeto de *hedge*, sendo os efeitos desta estrutura de *hedge* de risco de mercado registrados exclusivamente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A efetividade apurada para as carteiras de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de *hedge accounting* está representada da seguinte forma:

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Operações de crédito

a) Diversificação por tipo de operação

Modalidade	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Capital de giro e descontos	3.362.362	532.969	3.381.989	553.690
Crédito pessoal consignado	1.075.181	825.161	1.965.708	2.298.729
Financiamentos à exportação	1.676.341	2.950.388	1.676.341	2.950.388
Financiamentos rurais e agroindustriais	345.856	71.501	345.856	71.501
Financiamentos de veículos	221	715	139.426	263.542
Financiamentos à importação	131.995	72.440	131.995	72.440
Operações de crédito vinculadas à cessão (*)	176.961	274.669	-	-
Outros	145.810	166.699	146.584	167.534
Operações de crédito	6.914.727	4.894.542	7.787.899	6.377.824
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (**)	1.082.121	610.056	1.082.121	610.056
Títulos e créditos a receber (nota 10)	133.630	68.724	134.419	69.629
Devedores por compra de valores e bens (nota 10)	81.137	74.528	81.137	75.730
Fianças honradas	1.026	43.075	1.026	43.075
Outros créditos	1.297.914	796.383	1.298.703	798.490
Operações de arrendamento mercantil	-	-	43.498	31.047
Total	8.212.641	5.690.925	9.130.100	7.207.361

(*) Referem-se a operações de crédito consignado cedidas com coobrigação à CCB Financeira, classificadas como Crédito Pessoal Consignado no consolidado.

(**) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica "Outras Obrigações - Carteira de câmbio" (nota 9), acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica "Outros Créditos - Carteira de câmbio".

b) Diversificação por setor de atividade

Setor	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Setor Público	-	9.779	-	9.779
Setor Privado	6.916.627	4.528.238	6.960.127	4.558.288
Outros serviços	3.125.261	2.134.201	3.158.192	2.154.735
Indústria	2.512.949	1.742.067	2.517.991	1.746.633
Comércio	1.208.961	529.216	1.214.488	534.166
Agronegócio	69.456	122.307	69.456	122.307
Intermediários financeiros	-	447	-	447
Pessoas físicas	1.296.014	1.152.908	2.169.973	2.639.294
Total	8.212.641	5.690.925	9.130.100	7.207.361

c) Diversificação por prazos - por parcela

Setor	MÚLTIPLO				CONSOLIDADO			
	2018	%	2017	%	2018	%	2017	%
Setor Público	-	-	9.779	0,18	-	-	9.779	0,13
Até 03 meses	-	-	3.181	0,06	-	-	3.181	0,04
De 03 meses até 01 ano	-	-	6.598	0,12	-	-	6.598	0,09
Acima de 01 ano	-	-	-	-	-	-	-	-
Setor Privado	8.212.641	100,00	5.681.146	99,82	9.130.100	100,00	7.197.582	99,87
Até 03 meses	1.855.348	22,59	780.546	13,72	2.047.019	22,42	1.018.972	14,14
De 03 meses até 01 ano	2.352.810	28,65	1.724.010	30,28	2.581.475	28,27	2.090.875	29,01
Acima de 01 ano	3.914.078	47,66	3.107.645	54,61	4.396.079	48,15	3.997.089	55,46
Vencidos a partir de 15 dias	90.405	1,10	68.945	1,21	105.525	1,16	90.646	1,26
Total	8.212.641	100,00	5.690.925	100,00	9.130.100	100,00	7.207.361	100,00

d) Composição da carteira por níveis de risco

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	2.734.546	-	33,30	2.831.030	-	31,01
A	3.112.338	15.561	37,90	3.724.049	18.620	40,79
B	1.706.422	17.064	20,78	1.711.423	17.114	18,74
C	79.194	2.376	0,96	201.086	6.032	2,20
D	48.832	4.883	0,59	53.378	5.338	0,58
E	50.593	15.178	0,62	57.522	17.257	0,63
F	74.967	37.484	0,91	79.399	39.700	0,87
G	97.568	68.298	1,19	121.133	84.793	1,33
H	308.181	308.181	3,75	351.080	351.080	3,85
Total	8.212.641	469.025	100,00	9.130.100	539.934	100,00

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

Nível de risco	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	Base de cálculo	Provisão	% (*)	Base de cálculo	Provisão	% (*)
AA	1.639.140	-	28,79	1.730.445	-	24,01
A	1.942.594	9.712	34,14	3.201.124	16.005	44,41
B	855.767	8.558	15,04	882.255	8.823	12,24
C	484.448	14.533	8,51	529.782	15.892	7,35
D	121.135	12.113	2,13	141.213	14.121	1,96
E	276.098	82.830	4,85	292.537	87.761	4,06
F	65.808	32.904	1,16	75.359	37.679	1,05
G	123.976	86.783	2,18	133.559	93.492	1,85
H	181.959	181.959	3,20	221.087	221.087	3,07
Total	5.690.925	429.392	100,00	7.207.361	494.860	100,00

(*) Percentual da carteira de crédito por rating sobre a carteira total.

e) Níveis de concentração de risco

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	R\$	%	R\$	%
10 Maiores devedores	2.367.243	25,93	1.854.846	25,74
100 Maiores devedores	6.299.055	68,99	4.099.810	56,88

f) Cessão de crédito

f.1) Cessão de crédito interbancário

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões estão classificadas na categoria de "operações com retenção substancial de risco e benefícios" e apresentam o saldo de R\$ 176.961 (Dezembro/17 - R\$ 274.669), e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas à cessão é de R\$ 192.674 (Dezembro/17 - R\$ 297.338). A despesa registrada durante o exercício de 2018 das obrigações vinculadas foi de R\$ 46.408 (Dezembro/17 - R\$ 93.979), decorrentes da apropriação "pro rata temporis" pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas à aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

f.2) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas cessões de operações de crédito, com transferência substancial dos riscos e benefícios, a pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional. O resultado dessas cessões foi de R\$ 8.717 (Dezembro/17 - R\$ 1.578). Também foram cedidas operações já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 50 (Dezembro/17 - R\$ 435).

f.3) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, operações de crédito de capital de giro e outros ativos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", resultando no reconhecimento de despesa no valor de R\$ 19.730 (Dezembro/17 - R\$ 140.295), além de operações de crédito já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 93.694 (Dezembro/17 - R\$ 182.310). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

g) Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Arrendamento a receber	33.973	26.001	33.973	26.001
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(33.973)	(25.820)	(33.973)	(25.820)
Bens arrendados	83.224	105.658	83.224	105.658
Superveniência de depreciação	19.173	17.533	19.173	17.533
Depreciação de bens arrendados	(36.773)	(64.011)	(36.773)	(64.011)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	4.838	6.773	4.838	6.773
Valor residual antecipado	(26.964)	(35.087)	(26.964)	(35.087)
Total carteira de arrendamento mercantil	43.498	31.047	43.498	31.047

8. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Movimentação da provisão

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Saldo inicial	429.392	454.588	494.860	498.319
Constituição de provisão para créditos do período	349.119	519.908	440.556	604.815
Reversão de provisão para créditos do período	(10.450)	(62.812)	(19.772)	(66.602)
Reversão de provisão sobre créditos cedidos	(31.297)	(195.943)	(31.297)	(195.943)
Subtotal	736.764	715.741	884.347	840.589
Baixas para prejuízo	(267.739)	(286.349)	(344.413)	(345.729)
Saldo final	469.025	429.392	539.934	494.860
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	59.958	62.504	75.669	77.179
Créditos renegociados	389.700	430.207	683.364	707.968
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	5,91	7,55	5,71	6,87

9. Carteira de câmbio

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO	
	2018	2017
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.121.565	1.152.998
Direitos sobre vendas de câmbio	12.247	512.628
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(2.470)	(130)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	20.073	11.156
Total	1.151.415	1.676.652
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	36.687	512.818
Obrigações por compras de câmbio	1.069.325	1.133.096
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.062.048)	(598.900)
Valores em moeda estrangeira a pagar	32	-
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	-	9
Total	43.996	1.047.023

10. Outros créditos - Diversos

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia (nota 22d)	426.262	474.616	433.948	481.732
Títulos e créditos a receber (*)	141.103	93.251	149.122	100.239
Devedores por compra de bens a prazo (nota 7a)	81.137	74.528	81.137	75.730
Tributos a compensar e recuperar	25.206	17.472	49.963	46.031
Pagamentos a ressarcir	27.400	37.994	28.552	39.459
Adiantamentos e antecipações salariais	1.144	818	1.258	917
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	62	3.871	62	3.872
Devedores diversos - país	18.615	33.966	19.534	38.936
Total	720.929	736.516	763.576	786.916

(*) Inclui no Múltiplo e no Consolidado, valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações com característica de crédito no montante de R\$ 133.630 (Dezembro/17 - R\$ 69.629) conforme nota 7a. Contempla também valores a receber de R\$ - (Dezembro/17 - R\$ 14.426) de precatórios do Governo Federal e R\$ 5.661 (Dezembro/17 - R\$ 7.799) a receber dos órgãos públicos referentes repasse de crédito consignado, todos classificados como operações sem característica de operações de crédito.

11. Outros valores e bens

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Imóveis	368.423	374.744	371.062	377.384
Máquinas e equipamentos	26.877	27.972	27.122	28.402
Veículos e afins	1.815	2.209	11.271	16.779
Material em estoque	74	82	74	82
Outros	742	742	743	742
Subtotal	397.931	405.749	410.272	423.389
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(155.428)	(135.436)	(163.059)	(142.882)
Total	242.503	270.313	247.213	280.507

12. Ativo Permanente

a) Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na nota 14.

b) Imobilizado de uso

	Custo		Provisão para perda		Depreciação acumulada		Valor líquido		Valor líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
	Terrenos	107	350	-	-	-	-	107	350	107
Edificações	85.522	91.								

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

13. Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam patrimônio líquido de R\$ 498.936 (Dezembro/17 - R\$ 326.784) e ativos totais de R\$ 6.093.261 (Dezembro/17 - R\$ 4.255.120).

14. Participações em controladas e coligadas no país - CCB Brasil Múltiplo

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	2018		2017	
	Número de ações/cotas possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Valor contábil investido
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	263.222	258.577
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	14.223.228	100%	20.696	20.617
CCB Brasil Informática S.A.	50.000	100%	753	730
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	3.670.000	100%	10.056	13.821
CCB Brasil S.A. - CFI (*)	116.405.774	100%	64.073	118.991
Brasifactors S.A. (**)	62.931	50%	(2.450)	125
Total			20.450	412.861

(*) No valor contábil de investimentos está incluso o ágio, líquido de amortizações, no valor de R\$ 14.902 (Dezembro/17 - R\$ 25.421), apurado na aquisição da CCB Brasil S.A. - CFI.

(**) Em 2018, em decorrência do Patrimônio Líquido da Brasifactors S.A. apresentar saldo devedor, o montante equivalente a participação do Banco está registrado em Outras Obrigações - Credores Diversos - País.

15. Transações com partes relacionadas

a) Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas direta, indireta, controlada em conjunto, pessoal chave da Administração e controlador podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos/(passivos)		Receitas/(despesas)	
	2018	2017	2018	2017
Disponibilidades em moedas estrangeiras	9.388	77.664	-	-
China Construction Bank Corporation (d)	9.388	77.664	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez em depósitos interfinanceiros - CDI	953.798	1.682.610	184.113	294.457
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	953.798	1.682.610	184.113	294.457
Cotas de Fundo de Investimentos	44.709	22.836	1.700	2.738
FIDC Brasifactors (b)	44.709	22.836	1.700	2.738
Operações de Cessão de Crédito	-	-	-	13
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	-	-	13
Operações de Cessão de Crédito - Resolução nº 3.533/08	192.672	297.338	47.166	93.979
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	192.672	297.338	47.166	93.979
Outros créditos - Rendas a Receber	5.249	-	15.343	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	5.100	-	14.491	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	149	-	852	-
Depósitos à vista	(1.994)	(2.473)	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(24)	(33)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(58)	(62)	-	-
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(2)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(106)	(145)	-	-
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(1.201)	(1.535)	-	-
Brasifactors S.A. (f)	(2)	(1)	-	-
CCB Brasil Financial Holding Ltda. (e)	(36)	(27)	-	-
Pessoal-chave da Administração (c)	(565)	(668)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(257.208)	(267.721)	(16.933)	(18.947)
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(20.989)	(21.324)	(1.312)	(2.003)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(236.219)	(246.397)	(15.621)	(16.944)
Depósitos a prazo	(185.366)	(177.418)	(11.654)	(11.275)
CCB Brasil Informática S.A. (a)	(727)	(730)	(46)	(68)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(8.401)	(12.130)	(672)	(1.180)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (b)	(1.613)	(1.633)	(102)	(118)
Brasifactors S.A. (f)	(116)	(590)	(18)	(230)
FIDC Brasifactors (b)	(3.684)	(4.411)	(619)	(1.861)
CCB Brasil Financial Holding Ltda. (e)	(168.463)	(157.686)	(10.153)	(7.774)
Pessoal-chave da Administração (c)	(2.362)	(238)	(44)	(44)
Operações compromissadas	(30.500)	(26.551)	(2.893)	(9.250)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(6.362)	(7.583)	(433)	(4.805)
CCB Brasil S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(20.603)	(18.968)	(2.443)	(4.445)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (a)	(3.535)	-	(17)	-
LCA	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
Pessoal-chave da Administração (c)	(6.597)	(2.793)	(397)	(113)
LCI	(697)	(122)	(17)	(58)
Pessoal-chave da Administração (c)	(697)	(122)	(17)	(58)
NDF	(689)	(267)	1.861	999
Brasifactors S.A. (f)	(689)	(267)	1.861	999
Obrigações por empréstimos	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)
China Construction Bank Corporation (d)	(5.779.755)	(6.111.130)	(1.176.811)	(665.045)
Prestação de serviços	(20)	(1)	(69)	(12)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(20)	(1)	(69)	(12)

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - direta
- (b) Controladas e Coligadas - indireta
- (c) Pessoal-chave da Administração
- (d) Controlador indireto sediado no exterior (nota 1)
- (e) Controladora direta
- (f) Controlada em conjunto (joint venture)

a.1) Dos vencimentos e taxas das operações

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (Dezembro/17 - 105%) e as pré-fixadas às taxas médias de 15,08% a.a. (Dezembro/17 - 15,07% a.a.); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 6,4% a.a. (Dezembro/17 - 6,9% a.a.) e possuem vencimento em 02 de janeiro de 2019, com lastro até 02 anos (Dezembro/17 - até 03 anos). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/17 - 96%) e possuem vencimento final em até 02 anos (Dezembro/17 - até 03 anos). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (Dezembro/17 - 96%) e possuem vencimento final em até 01 ano (Dezembro/17 - em até 03 meses). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (Dezembro/17 - 101% do CDI), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 02 anos (Dezembro/17 - em até 03 anos). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 3,40% a.a. (Dezembro/17 - 3,01% a.a.) e variação cambial, com vencimento final até 08 anos (Dezembro/17 - em até 01 ano). As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 7f.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Consolidado

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso, respeitadas as limitações compostas pela Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o Conselho de Administração não aprovou pagamentos de participações dos administradores no lucro, face apuração de prejuízo líquido.

b.1) Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Remuneração fixa	16.384	15.578	16.831	16.010
Outros	1.059	1.568	1.059	1.568
Total	17.443	17.146	17.890	17.578

b.2) Benefícios de longo prazo

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

16. Depósitos

Distribuição por prazos de vencimento

Vencimento	MÚLTIPLO CONSOLIDADO				Total	Total
	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito Interfinanceiro	Depósito poupança		
Sem vencimento	85.706	-	-	3.241	88.947	87.557
Até 03 meses	-	229.344	242.661	-	472.005	257.477
De 03 meses a 01 ano	-	1.078.400	120.484	-	1.198.884	1.153.610
De 01 a 03 anos	-	1.623.565	27.678	-	1.651.243	1.643.096
Total	85.706	2.931.309	390.823	3.241	3.411.079	3.141.740

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 1.329.809, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

MÚLTIPLO CONSOLIDADO

Vencimento	MÚLTIPLO CONSOLIDADO				Total	Total
	Depósito à vista	Depósito a prazo (*)	Depósito Interfinanceiro	Depósito poupança		
Sem vencimento	88.247	-	-	7.393	95.640	93.863
Até 03 meses	-	294.857	396.791	-	691.648	423.928
De 03 meses a 01 ano	-	1.821.165	183.777	-	2.004.942	2.000.287
De 01 a 03 anos	-	635.125	2.731	-	637.856	628.017
De 03 a 05 anos	-	-	27.241	-	27.241	27.241
Total	88.247	2.751.147	610.540	7.393	3.457.327	3.173.336

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 372.734, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

17. Captações no mercado aberto e recursos de letras emitidas

a) Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 02 de janeiro de 2019, 12 de junho de 2019 e 28 de fevereiro de 2020, lastreados por LFT com vencimento até setembro de 2022.

b) Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI, assim distribuídos:

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	LCI	LCA	LF	LCI	LCA	LF
Até 03 meses	23.617	162.201	2.276	23.663	43.149	10.468
De 03 meses a 01 ano	18.326	400.218	137.971	13.358	91.049	17.337
De 01 a 03 anos	2.839	41.604	401.686	319	19.910	131.379
De 03 a 05 anos	-	-	-	602	-	-
Total	44.782	604.023	541.933	37.942	154.108	159.184

18. Empréstimos e Repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses concedidos principalmente pelo controlador no exterior e órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,41% a.a. (Dezembro/17 - 2,64% a.a.). Os vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO					
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Até 03 meses	2.209.441	32,44	1.732.626	26,54		
De 03 meses a 01 ano	4.472.505	65,67	4.469.411	68,47		
De 01 a 03 anos	67.815	1,00	210.889	3,24		
De 03 a 05 anos	42.497	0,62	83.671	1,28		
Acima de 05 anos	18.248	0,27	30.934	0,47		
Total	6.810.506	100,00	6.527.531	100,00		

Em Dezembro/17 as operações de empréstimos e repasses do exterior, que contém cláusulas restritivas ("covenants"), são classificadas no curto prazo no Balanço Patrimonial, por motivo de desenquadramento de indicadores, entretanto, a nota acima, mantém os prazos anteriormente estabelecidos, considerando o sucesso do "waiver" obtido em datas anteriores, também em Dezembro/17 as despesas associadas às captações de recursos no valor de R\$ 34, são registradas como redutoras das respectivas captações e apropriadas ao resultado pelo prazo da operação.

O Banco possui operações de empréstimos efetuados junto a sua matriz na China no valor total de R\$ 5.779.755 (Dezembro/17 - R\$ 6.111.130), com vencimento final em até 8 anos, renováveis automaticamente, de acordo com a necessidade de liquidez do Conglomerado CCB Brasil.

Em 2017, o Banco realizou captações vinculadas a operações ativas de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.921/02, dentre elas:

- I - vinculação entre os recursos captados e a operação ativa correspondente;
- II - subordinação da exigibilidade dos recursos captados ao fluxo de pagamentos da operação ativa vinculada;
- III - remuneração da operação ativa vinculada suficiente para cobrir os custos da operação de captação;
- IV - compatibilidade entre os fluxos de caixa da operação ativa vinculada e da operação de captação;
- V - prazo da operação de captação igual ou maior que os da operação ativa vinculada;
- VI - postergação de qualquer pagamento ao credor, inclusive a título de encargos ou amortização, em caso de inadimplemento na operação ativa vinculada, e
- VII - não pagamento, total ou parcial, do principal e de encargos ao credor, na hipótese de a execução de garantias não ser suficiente para a liquidação da operação ativa vinculada, ou em outras situações de não liquidação dessa operação.

Desta forma, visando apresentar a melhor estimativa de desembolso esperado em relação a obrigação vinculada, bem como a redução de assimetrias, a administração retificou o saldo do grupo "Empréstimos no Exterior" pelo montante de R\$ 398.589 (Dezembro/17 - R\$ 152.244), sendo R\$ 246.345 (Dezembro/17 - R\$ 152.244) em contrapartida ao resultado do período, com base na piora da qualidade de crédito dos ativos vinculados, além do valor de realização das garantias obtidas em cada operação.

Em 31 de dezembro de 2018 o montante das captações vinculadas a operações ativas é de R\$ 558.095 (Dezembro/17 - R\$ 641.841), e o saldo das operações ativas é de R\$ 543.558 (Dezembro/17 - R\$ 613.126), sendo que R\$ 66.689 (Dezembro/17 - R\$ 267.385), estão representados por créditos que apresentam parcela vencida há mais de 1 dia.

19. Obrigações por repasses do país

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até agosto de 2020 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

20. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para imposto de renda diferido (nota 26c)	196.107	97.513	239.824	138.391
Impostos e contribuições a recolher	10.564	9.424	13.865	11.646
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	-	621	30.650
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	-	-	7	354
Total	206.671	106.937	254.317	181.041

21. Outras obrigações - diversas

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para passivos classificados como perda provável (*)	834.481	853.924	872.032	888.611
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 29)	63.079	152.863	63.079	152.863
Provisão para pagamentos a efetuar	42.730	15.717	54.569	26.772
Credores diversos - país	33.599	60.889	37.528	52.783
Obrigações por venda/transferência de ativos financeiros (**)	192.674	297.338	-	-
Cheques administrativos	-	399	-	399
Total	1.166.563	1.381.130	1.027.208	1.121.428

(*) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis e fiscais (nota 22).

(**) Refere-se ao saldo da obrigação assumida nas cessões de operações de crédito intragrupo com retenção substancial de risco, e será amortizada pelo repasse aos cessionários e, as despesas dessa obrigação, serão reconhecidas ao resultado no prazo do contrato.

22. Provisões, contingências e obrigações legais

O

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

CSLL x Isonomia - valor envolvido R\$ - (Dezembro/17 - R\$ 149.299) no Banco e Consolidado: pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período-base de 2008 a 2014, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. Em virtude de decisão transitada em julgado desfavorável ao Banco, os valores depositados foram convertidos em renda da União, dando origem aos ajustes contábeis relativos às baixas da provisão passiva contingente e dos valores registrados no ativo depósitos em garantia.

COFINS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 522.987 (Dezembro/17 - R\$ 504.977) no Banco e R\$ 539.751 (Dezembro/17 - R\$ 521.134) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo no Banco R\$ 27.447 (Dezembro/17 - R\$ 26.247) e no Consolidado R\$ 30.136 (Dezembro/17 - R\$ 28.812).

PIS x Lei nº 9.718/98 - valor envolvido R\$ 84.928 (Dezembro/17 - R\$ 82.003) no Banco e R\$ 85.731 (Dezembro/17 - R\$ 82.782) no Consolidado: pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005 até dezembro de 2014, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 94.781 (Dezembro/17 - R\$ 90.225).

PIS - Emenda Constitucional nº 10/96 - valor envolvido R\$ 18.275 (Dezembro/17 - R\$ 17.583) no Banco e Consolidado: pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da "irretroatividade" e da "anterioridade nonagesimal", bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no artigo 44º da Lei nº 4.506/64, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no artigo 226º do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 1.272 (Dezembro/17 - R\$ 1.199) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

Processos trabalhistas

O Banco possui 159 (Dezembro/17 - 130) e o Consolidado possui 212 (Dezembro/17 - 180) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 54.991 (Dezembro/17 - R\$ 43.045) no Banco e R\$ 58.884 no Consolidado (Dezembro/17 - R\$ 45.608). No Banco existem 124 (Dezembro/17 - 168) e no Consolidado existem 157 (Dezembro/17 - 193) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 6.613 (Dezembro/17 - R\$ 9.913) no Banco e R\$ 8.374 (Dezembro/17 - R\$ 11.185) no Consolidado, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 6.558 (Dezembro/17 - R\$ 8.815) no Banco e de R\$ 8.319 (Dezembro/17 - R\$ 10.087) no Consolidado. As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensões trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

Processos cíveis

O Banco possui 243 (Dezembro/17 - 239) e o Consolidado possui 2.975 (Dezembro/17 - 3.066) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 152.028 (Dezembro/17 - R\$ 55.818) no Banco e R\$ 168.119 (Dezembro/17 - R\$ 71.006) no Consolidado. O Banco possui 402 (Dezembro/17 - 455) e o Consolidado possui 422 (Dezembro/17 - 478) processos, cujos valores reclamados totalizam no Banco R\$ 455.446 (Dezembro/17 - R\$ 506.212) e no Consolidado R\$ 478.434 (Dezembro/17 - R\$ 515.664), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 288.378 (Dezembro/17 - R\$ 277.545) no Banco e R\$ 306.414 (Dezembro/17 - R\$ 286.990) no Consolidado. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

c) Processos fiscais e previdenciários classificados como perda possível

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela Instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas principalmente pelas seguintes questões:

ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC nº 56/87 - valor envolvido R\$ 21.707 (Dezembro/17 - R\$ 20.468) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

PDD/94 - valor envolvido R\$ 25.525 (Dezembro/17 - R\$ 24.639) no Banco e Consolidado: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução CMN nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no artigo 43º, § 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

INSS - Participação nos Lucros dos Administradores - valor envolvido R\$ 118.835 (Dezembro/17 - R\$ 102.953) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2012, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do artigo 7º, XI, da Constituição Federal e artigo 28º, § 9º, da Lei nº 8.212/91.

IRPJ/CSLL - valor envolvido R\$ 88.567 (Dezembro/17 - R\$ 82.588) no Banco e Consolidado: pleiteia a desconstituição de débito de IRPJ/CSLL, relativo ao período base de 2012, lançado por auto de infração, decorrente de glosa da dedutibilidade de perdas com créditos, por suposto descumprimento dos procedimentos previstos na Lei nº 9.430/96.

d) Movimentação das provisões classificadas como perda provável e obrigações legais

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	2017	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2018
Cíveis (*)	55.818	101.222	(10.420)	8.508	(3.100)	168.119
Trabalhistas	43.045	9.752	(6.318)	8.757	(245)	58.884
Subtotal	98.863	110.974	(16.738)	17.265	(3.345)	207.019
Fiscais e previdenciárias						
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	149.299	-	-	5.385	(154.684)	-
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	17.583	-	-	692	-	18.275
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	82.003	-	-	2.925	-	85.731
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	504.977	-	-	18.010	-	539.751
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.199	-	-	73	-	1.272
Subtotal	755.061	-	-	27.085	(154.684)	627.462
Total	853.924	110.974	(16.738)	44.350	(158.029)	834.481

(*) Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 29).

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 117.859 - processos Cíveis, R\$ 25.025 - processos Trabalhistas e R\$ 291.064 - processos Fiscais, e no Múltiplo o montante de R\$ 117.668 - processos Cíveis, R\$ 20.574 - processos Trabalhistas e R\$ 288.020 - processos Fiscais.

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	2016	Adição	Reversão	Atualização	Baixa	2017
Cíveis	56.741	963	(2.414)	22.484	(21.956)	71.006
Trabalhistas	38.835	5.876	(1.937)	6.363	(6.092)	45.608
Subtotal	95.576	6.839	(4.351)	28.847	(28.048)	98.863
Fiscais e previdenciárias						
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	140.644	-	-	8.655	-	149.299
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	12.511	-	-	5.072	-	17.583
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	77.301	-	-	4.702	-	82.782
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	476.029	-	-	28.948	-	521.134
ISS - Serviços Não Tributados - LC nº 56/87	1.679	-	(574)	94	-	1.199
Subtotal	708.164	-	(574)	47.471	-	771.997
Total	803.740	6.839	(4.925)	76.318	(28.048)	853.924

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia (nota 10 - Outros Créditos - Diversos), no Consolidado, o montante de R\$ 112.802 - processos Cíveis, R\$ 22.840 - processos Trabalhistas e R\$ 346.018 - processos Fiscais.

23. Captações e empréstimos no exterior**a) Dívida subordinada**

Esta representada por captações que compõem o cálculo do Capital de Nível II para fins de apuração dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
				Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	2018
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	488.817
Eurobonds	US\$ 300.000	27/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	1.066.226
Total - Nível II PR						1.555.043

b) Instrumento de dívida elegível a capital

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
				Valor de Emissão	Taxa Juros (a.a.)	2018
EMTN - ITB - Nível II	US\$ 100.000	29/09/2015	29/09/2025	397.299	7,20%	394.532
EMTN - ITB - Nível I	US\$ 70.000	30/12/2016	30/12/2021	228.025	8,00%	271.236
Total PR						665.768

24. Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

25. Patrimônio Líquido**a) Ações**

O capital social do Banco é de R\$ 2.956.864 (Dezembro/17 - R\$ 2.956.864) e está dividido em 465.631.466 ações nominativas (Dezembro/17 - 465.631.466), sendo 297.223.908 ordinárias (Dezembro/17 - 297.223.908) e 168.407.558 preferenciais (Dezembro/17 - 168.407.558), sem valor nominal.

Em 26 de outubro de 2017 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital mediante a emissão de 113.647.791 novas ações ao preço de R\$ 11,07 por ação, sendo 72.315.322 ordinárias e 41.332.469 preferenciais que perfaz um montante de R\$ 1.258.081, o qual foi aprovado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 26 de outubro e 27 de novembro de 2017, sendo R\$ 1.256.978 destinados a aumento de capital e R\$ 1.103 para constituição de reservas de capital, destinadas a suportar resgate de ações. Do total, foram subscritas e integralizadas, na data da Assembleia, a quantidade de 110.845.180, sendo 72.138.610 ações ordinárias e 38.706.570 ações preferenciais no montante de R\$ 1.227.056. As sobras de ações no total de 2.802.611, sendo 176.712 ordinárias e 2.625.899 preferenciais, no montante de R\$ 31.025, foram subscritas e integralizadas em 27 de novembro de 2017 pelo acionista controlador, após verificação do não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 12 de dezembro de 2017, o aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 22 de dezembro de 2017 o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou o resgate de ações nos termos do artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, e da Instrução CVM nº 361, envolvendo a totalidade das 550.940 ações ordinárias e 1.788.320 ações preferenciais remanescentes em circulação após o leilão da OPA ocorrido em 1º de outubro de 2016. O valor a ser pago é de R\$ 7,30 por ação, ajustado pela variação da SELIC desde 29 de agosto de 2014, totalizando o montante de R\$ 25.160, e está sendo liquidado desde 04 de janeiro de 2018, à conta de reservas de capital, sem necessidade da redução de capital social.

O quadro de acionistas do CCB Brasil passou a ser o seguinte:

Acionista	Participação (%)	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total
		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	
CCB Holding	100%	297.223.908	1.794.511	168.407.558	1.162.353	465.631.466

b) Ações em tesouraria

Até 31 de dezembro de 2018 foram adquiridas 6.879.540 ações preferenciais no montante de R\$ 58.593, deste montante, 481.022 ações foram transferidas aos administradores a título de remuneração variável nos anos de 2013 e 2014.

O custo mínimo, médio e máximo por ação foi de R\$ 6,96, R\$ 8,52 e R\$ 9,70. Não há valor de mercado para estas ações.

Desta forma, a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2018 corresponde a 6.398.518 ações no montante de R\$ 55.105 (Dezembro/17 - R\$ 55.105).

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

d) Reservas - o prejuízo acumulado fundamentou a não constituição de reservas de lucros.

26. Imposto de renda e contribuição social

O crédito tributário e o passivo diferido, relativos à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), apurados até 31 de dezembro de 2018, com base nas premissas do Estudo Técnico para Créditos Tributários, foram calculados com a alíquota de 20% pelo período de 2016 a 2018 e alíquota de 15% para os exercícios a partir de 2019, inclusive.

a) Créditos tributários: o imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no CCB Brasil - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	2017	Reali-zações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Resolução nº 3.059/02	2018
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	97.579	(16.301)	76.956	-	-	181.872
Provisão para desvalorização de bens não de uso	33.859	(5.183)	10.181	-	-	40.872
Provisão para contingências e outras	237.347	(59.642)	80.635	-	-	267.692
Subtotal	368.785	(81.126)	167.772	-	-	455.431
Prejuízo fiscal	269.910	-	-	-	(63.679)	217.011
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	638.695	(81.126)	167.772	-	(63.679)	707.447
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	63.121	(9.780)	46.173	(4.574)	-	109.123
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.756	(3.110)	6.108	(440)	-	24.524
Provisão para contingências e outras	150.959	(35.785)	57.062	(17.230)	-	160.616
Subtotal	234.836	(48.675)	109.343	(22.244)	-	294.263
Base negativa da CSLL acumulada	169.657	-	-	-	(43.001)	132.993
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	404.493	(48.675)	109.343	(22.244)	(43.001)	399.916
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.043.188	(129.801)	277.115	(22.244)	(106.680)	1.061.578

Descrição	MÚLTIPLO CONSOLIDADO					
	2016	Reali-zações	Adições	Ajustes (CSLL) 15% - 20%	Baixa Resolução nº 3.059/02	2017
Imposto de Renda						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	118.990	(135.936)	114.525	-	-	97.579
Provisão para desvalorização de bens não de uso	20.528	(656)	13.987	-	-	34.065
Provisão para contingências e outras	286.690	(173.655)	124.312	-	-	247.639
Subtotal	426.208	(310.247)	252.824	-	-	368.785
Prejuízo fiscal	383.227	-	65.833	-	(179.150)	269.910
Subtotal - Crédito Tributário IRPJ	809.435	(310.247)	318.657	-	(179.150)	638.695
Contribuição Social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	95.192	(108.749)	91.620	(14.942)	-	78.728
Provisão para desvalorização de bens não de uso	14.466	(524)	11.189	(4.375)	-	20.921
Provisão para contingências e outras	176.891	(139.025)	99.552	13.541	-	157.293
Subtotal	286.549	(248.298)	202.361	(5.776)	-	234.836
Base negativa da CSLL acumulada	260.484	-	79.890	(32.788)	(137.929)	187.587
Subtotal - Crédito Tributário CSLL	547.033	(248.298)	282.251	(38.564)	(137.929)	404.493
Total - Crédito Tributário IRPJ/CSLL	1.356.468	(558.545)	600.908	(38.564)	(317.079)	1.043.188

continua

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

Realização dos créditos tributários - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros, em valor suficiente para a realização total dos créditos tributários existentes na data do balanço, no período de 10 anos, assim distribuídos:

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										MÚLTIPLO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2018	2017
Valor Projetado	105.096	75.372	104.035	90.234	158.176	53.079	55.202	66.879	74.310	279.195	1.061.578	1.043.188
Valor Presente (*)	98.682	66.452	86.125	70.141	115.450	36.377	35.523	40.411	42.160	148.734	740.055	712.879
% Realização	9,9%	7,1%	9,8%	8,5%	14,9%	5,0%	5,2%	6,3%	7,0%	26,3%	100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

Ano Projetado	Realização dos Créditos Tributários										CONSOLIDADO	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2018	2017
Valor Projetado	136.925	83.073	100.619	88.844	159.995	55.048	58.155	70.759	79.463	301.822	1.134.703	1.140.126
Valor Presente (*)	128.568	73.242	83.297	69.061	116.777	37.726	37.423	42.755	45.084	160.788	794.721	781.195
% Realização	12,1%	7,3%	8,9%	7,8%	14,1%	4,9%	5,1%	6,2%	7,0%	26,6%	100,0%	

(*) Calculado com base na taxa Selic projetada.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução CMN nº 3.059/02.

Nesse contexto a referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Consoante a Resolução CMN nº 3.059/02, esta condição deixou de ser aplicável no Banco até o exercício de 2014, em decorrência da mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano.

Desta forma, a exemplo do primeiro semestre de 2017, onde o Banco já apresentava histórico de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, a Administração apresentou ao Banco Central do Brasil novo estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15 do BACEN, que resultou na aprovação da manutenção do saldo de créditos tributários advindos de prejuízo fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018, para os quais o Banco possui expectativa de realização, conforme estudo técnico de realização de crédito tributário, em até 10 anos, bem como dar continuidade ao registro de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias apuradas na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social. Diante do exposto, o Banco e o Consolidado possuem créditos tributários não ativados decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social no valor total de R\$ 645.305 (Dezembro/17 - R\$ 522.072) para os quais não há expectativa de realização no prazo previsto pela Resolução CMN nº 3.059/02 de até 10 anos.

b) Crédito presumido

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662, segundo critérios estabelecidos pela Lei nº 12.838/13 e Circular nº 3.624/13 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

Ainda conforme a Lei nº 12.838/13 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de cinco anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

Durante o exercício de 2018 o Banco recuperou R\$ 63.299 (Dezembro/17 - R\$ 118.402), decorrentes de operações de crédito integrantes da base de cálculo do crédito presumido, cujos tributos diferidos, no montante de R\$ 25.320 (Dezembro/17 - R\$ 47.361), foram registrados como redutor do crédito presumido originalmente contabilizado, dado que estes valores serão tributados por ocasião do ressarcimento do crédito pela Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração de resultados tributáveis futuros pela Instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Crédito Presumido Constituído	2014	2015	2016	2017	2018	Total
	78.983	107.450	194.229	(47.361)	(25.320)	307.981

c) Passivo diferido

	MÚLTIPLO	
	2018	2017
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	159.436	60.897
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.096	20.536
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	11.575	16.080
Total	196.107	97.513
CONSOLIDADO		
	2018	2017
Empréstimos vinculados (Resolução nº 2.921)	159.436	60.897
Atualização monetária de depósitos judiciais	25.427	20.536
Hedge Accounting	38.593	36.495
Ajuste positivo do MTM dos títulos públicos e derivativos	11.575	16.080
Superveniência de depreciação	4.793	4.383
Total	239.824	138.391

d) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Apuração				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(89.714)	(89.714)	(59.720)	(59.720)
(-) Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(15.343)	(15.343)
(+) Juros sobre o capital próprio recebidos	-	-	15.343	15.343
Base de cálculo	(89.714)	(89.714)	(59.720)	(59.720)
Adições temporárias	681.605	681.605	797.134	785.602
Adições permanentes	270.689	270.689	270.835	270.835
Exclusões	(920.452)	(920.452)	(1.057.880)	(1.044.705)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(57.872)	(57.872)	(49.631)	(47.988)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	57.872	57.872
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(2.208)	(2.208)
(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	(57.872)	(57.872)	6.033	7.676
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	-	-	905	1.523
Adicional de 10% de IR	-	-	530	-
Impostos correntes	-	-	1.435	1.523
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	-	-	1.435	1.523
Imposto de Renda e CSLL Diferido	78.572	45.651	80.499	46.563
(=) Provisão IR e CSLL	78.572	45.651	81.934	48.086
(+) Provisão IR e CSLL - Ajuste exercícios anteriores	-	-	(2.510)	(2.008)
(=) Provisão total IR e CSLL	78.572	45.651	79.424	46.078
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(167.772)	(87.099)	(197.259)	(106.016)
Baixa de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL) Resolução nº 3.059/02	63.679	43.001	63.679	43.001
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	81.126	48.674	107.104	68.694
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	14.626	11.593
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(22.967)	4.576	(11.850)	17.272
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	55.605	50.227	67.574	63.350

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2017	2017	2017	2017
Apuração				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(417.392)	(417.392)	(299.899)	(299.899)
Base de cálculo	(417.392)	(417.392)	(299.899)	(299.899)
Adições temporárias	1.033.934	1.033.934	1.136.689	1.127.748
Adições permanentes	477.469	477.469	478.723	478.723
Exclusões	(1.873.306)	(1.873.306)	(2.011.068)	(1.998.390)
Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo do IR e CSLL	(779.295)	(779.295)	(695.555)	(691.818)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	-	-	779.295	779.295
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal/Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	(15.437)	(15.437)
(Prejuízo)/Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	-	-	68.303	72.040
Encargos às alíquotas de 15% para IR e 20% para CSLL	-	-	10.245	14.334
Adicional de 10% de IR	-	-	6.728	-
Impostos correntes	-	-	16.973	14.334
Conciliação do resultado				
Impostos correntes	-	-	16.973	14.334
Imposto de Renda e CSLL Diferido	47.832	30.191	71.575	43.877
(=) Provisão IR e CSLL	47.832	30.191	88.548	58.211
Constituição de créditos tributários (sobre adições temporárias)	(253.592)	(197.200)	(270.454)	(209.822)
Constituição de créditos tributários (sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	(65.833)	(47.103)	(65.833)	(47.103)
Realização do crédito tributário (sobre reversão de adições temporárias)	310.247	248.298	317.562	254.991
Baixa do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	179.150	137.929	179.150	137.929
Realização do crédito tributário (sobre compensação prejuízo fiscal e base de cálculo negativa CSLL)	-	-	3.859	2.623
(-) Efeito líquido do crédito tributário	169.972	141.924	164.284	138.618
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	217.804	172.115	252.832	196.829

27. Composição das principais contas de resultado**a) Resultado de operações de crédito**

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Capital de giro e descontos	70.385	476.539	241.619	70.385	476.540	241.619
Crédito pessoal consignado	120.418	241.442	256.130	120.418	249.818	256.130
Financiamentos à exportação	49.218	232.656	57.962	49.218	232.656	57.962
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.945	59.958	62.504	8.945	59.958	62.504
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	30	81	929	30	81	929
Financiamentos à importação	4.010	26.755	3.900	4.010	26.755	3.900
Financiamentos rurais e agroindustriais	10.012	14.362	2.551	10.012	14.362	2.551
FUNCAFÉ	1.969	3.333	3.877	1.969	3.333	3.877
Contas garantidas	184	628	1.325	184	628	1.325
Outros empréstimos e financiamentos	36.194	91.696	44.124	36.194	91.696	44.124
Total	301.365	1.147.450	674.921	301.365	1.147.450	674.921

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Resultado de títulos renda fixa	62.975	411.270	195.620	62.975	411.895	196.503
Rendas de aplicações compromissadas	167.128	281.613	450.046	167.128	281.613	450.046
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	132.132	247.834	375.567	132.132	247.834	375.567
Outras operações com títulos e valores mobiliários	62.876	74.945	67.929	62.876	74.944	67.928
Total	425.111	1.015.662	1.089.162	425.111	1.015.662	1.089.162

c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Swap	35.471	334.197	(68.212)
Mercado futuro - DI	(79.085)	(81.498)	(106.542)
Mercado futuro - dólar	(27.623)	(17.678)	(188.189)
Termo de moedas	1.123	(6.111)	4.340
Total	(70.114)	228.910	(358.603)

d) Resultado de câmbio

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Rendas de operações de câmbio	706.601	1.272.897	614.965
Despesas de operações de câmbio	(652.277)	(1.069.120)	(519.760)
Total	54.324	203.777	95.205

e) Despesas de captação no mercado

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Títulos e valores mobiliários no exterior	76.551	391.706	147.050	76.551	391.706	147.050
Operações compromissadas	166.834	279.833	452.396	166.834	279.833	452.396
Depósitos a prazo	99.485	202.971	252.335	99.485	202.150	252.335
Despesas de letras financeiras - LF	16.123	24.327	7.500	16.123	24.327	7.500
Despesas de letras do agronegócio - LCA	17.565	23.937	13.945	17.565	23.937	13.945
Depósitos interfinanceiros	16.475	37.060	40.120	16.475	37.060	40.120
Despesas de letras de crédito imobiliário - LCI	1.024	1.939	9.592	1.024	1.939	9.592
Depósitos de poupança	76	262	565	76	262	565
Outras	10.885	13.050	3.956	10.885	13.056	3.987
Total	405.018	975.085	927.459	405.018	975.085	927.459

f) Despesas com empréstimos, cessões e repasses

	MÚLTIPLO E CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	156.072	1.238.122	237.245
Marcação a mercado - item objeto de hedge	(326)	9.141	(2.869)
Repasses FUNCAFÉ/BNDES	2.350	3.279	4.846
Total	158.096	1.250.542	

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Outras despesas operacionais	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Constituição de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	107.618	135.239	78.232	110.694	140.368	78.816
Comissões crédito consignado	29.052	48.814	75.409	40.302	69.696	154.800
Programa de remuneração e retenção de funcionários	22.216	22.216	24.315	22.292	22.292	24.390
Provisão para imparidade de outros ativos	22.013	22.013	-	22.013	22.013	-
Taxa de processamento de crédito consignado	3.232	6.815	-	5.349	8.932	-
Constituição de provisões para fiança	-	4.328	49.617	-	4.328	49.617
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	1.558	2.130	31.612	1.558	2.130	31.770
IOF sobre operações de câmbio próprias	459	730	1.003	459	730	1.003
Despesas de atualização de impostos	-	114	-	1	227	19.864
Outras despesas	33.993	43.330	17.170	40.665	53.492	9.268
Total	220.141	285.729	277.358	243.333	324.208	369.528

i) Despesas de pessoal	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Salários	52.182	100.784	153.088	57.331	110.802	165.882
Encargos sociais	15.646	30.123	48.824	17.256	33.057	52.709
Benefícios	8.847	16.956	20.264	10.683	20.573	24.655
Honorários da diretoria	9.667	16.384	15.578	9.912	16.831	16.010
Outros	418	695	670	498	871	928
Total	86.760	164.942	238.424	95.680	182.134	260.184

j) Outras despesas administrativas	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de serviços de terceiros	19.202	32.321	31.021	24.051	42.173	41.690
Despesas de amortização e depreciação	11.516	23.401	29.130	11.880	24.129	29.937
Despesas de processamento de dados	6.221	11.462	11.195	9.161	16.808	16.940
Despesas de alugueis e taxas	6.029	13.057	18.661	7.079	15.145	21.206
Despesas de serviços do sistema financeiro	3.574	7.298	7.220	4.352	8.964	13.454
Despesas de manutenção e conservação	2.592	4.544	5.471	2.875	5.102	6.340
Despesas de transportes e viagens	894	2.527	3.629	996	2.799	4.154
Despesas de comunicações	249	550	941	766	1.598	1.880
Despesas de propaganda e publicidade	74	202	1.638	381	741	2.305
Despesas de promoções e relações públicas	298	585	1.291	320	621	1.296
Outras despesas	4.076	8.474	11.372	9.360	20.366	18.682
Total	54.725	104.421	121.569	71.221	138.446	157.884

k) Despesas tributárias	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesas de contribuição à COFINS	4.380	7.382	8.484	6.906	13.404	18.420
Tributos federais, estaduais e municipais	2.939	5.273	7.194	3.215	5.882	9.618
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza	1.186	2.411	2.834	1.199	2.446	3.402
Despesas de contribuição ao PIS/PASEP	712	1.200	1.378	1.124	2.181	3.011
Total	9.217	16.266	19.890	12.444	23.913	34.451

l) Resultado não operacional
Refere-se a resultados obtidos na venda de bens próprios, BNDU e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

	MÚLTIPLO			CONSOLIDADO		
	2º Semestre 2018	2018	2017	2º Semestre 2018	2018	2017
Despesa de provisão para ajuste do valor de realização de bens	(22.775)	(20.079)	(65.092)	(23.380)	(20.277)	(65.930)
Resultado na alienação de bens	(8.372)	(6.130)	4.202	(7.981)	(4.786)	8.218
Outros	213	(2.288)	1.283	232	(2.261)	1.302
Total	(30.934)	(28.497)	(59.607)	(31.129)	(27.324)	(56.410)

28. Acordo da Basileia
O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 8,625% mais o adicional de capital principal de 1,875% (totalizando 10,50%) válidos para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Cálculo do Índice de Basileia Prudencial	Basileia III	
	2018	2017
Patrimônio de Referência Nível I	1.394.175	1.454.212
- Capital Principal	1.122.939	1.222.652
- Bônus Perpétuo	271.236	231.560
Patrimônio de Referência Nível II	596.764	814.779
- Dívida Subordinada	596.764	814.779
Patrimônio de Referência - Prudencial	1.990.939	2.268.991
Risco de Crédito	768.548	620.810
Risco de Mercado	100.711	44.635
Risco Operacional	78.242	70.541
Ativos Ponderados pelo Risco - RWA	947.501	735.986
Índice de Basileia (%)	18,12	28,53
Índice de Capitalização Nível I	12,69	18,29
Índice de Capitalização Nível II	5,43	10,24

29. Avais e fianças prestadas
a) As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 1.558.654 (Dezembro/17 - R\$ 1.456.414) e apresentam a seguinte concentração:

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	%	2017	%
Maior tomador de fiança	214.005	13,73	201.263	13,82
10 Maiores fianças	932.312	59,81	742.437	50,98
20 Maiores fianças	1.183.023	75,90	992.170	68,12
50 Maiores fianças	1.466.033	94,06	1.290.149	88,58

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de provisão para avais e fianças prestadas é de R\$ 63.079 (Dezembro/17 - R\$ 152.863), registrada na rubrica "Outras obrigações diversas" (nota 21). Durante o segundo semestre de 2018, o Banco reclassificou o montante de R\$ 93.445 de Provisão para garantias prestadas para Provisão para contingências cíveis, em função de discussão judicial que a classifica como perda provável (nota 22d).

b) As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 1.026 (Dezembro/17 - R\$ 43.075) e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99 (nota 7a).

30. Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centraliza o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Atende a Resolução CMN nº 4.557/17. Encontra-se no site o Relatório de Gestão de Riscos em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos e o relatório de Estrutura Gestão de Riscos que dispõe sobre a estrutura e responsabilidades e seu contexto dentro do CCB Brasil.

A estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existem políticas institucionais e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17, a estrutura de Gerenciamento de Riscos foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o Conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de riscos. A Resolução CMN nº 4.327/14 também está observada relativamente ao estabelecimento e implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental. O Banco já adaptou a estrutura de gerenciamento de riscos atendendo à Resolução CMN nº 4.557/17.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões do Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas. As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.

II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Risco do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o CRO - Chief Risk Officer como responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central segundo decisão do Conselho de Administração.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por alguns principais tipos de medidas: posições (*stale positions*), sensibilidades, testes de estresse, o "Value-at-risk" (incluindo testes de aderência e validações), EVE - Economic Value of Equity e NII - Net Interest Income.

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil. O monitoramento e controle das posições do Banco não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do Banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Gestão do Risco de Crédito

O CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados à capacidade de pagamento e default de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise do risco operacional em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17 e ao acordo da Basileia.

Gestão do Risco de Liquidez

O gerenciamento do Risco de Liquidez da Instituição consiste em mensurar, avaliar e controlar a capacidade do banco em honrar seus compromissos financeiros por meio de estimativas e modelagens matemáticas sobre a sua própria base de operações. Tais modelos possuem características complementares e são descritos abaixo:

I. *Backward Looking*: análise histórica de movimentações, recompras, renovações de operações pelos clientes para estimar o potencial de insuficiência de caixa para honrar os compromissos do banco.

II. *Forward Looking*: análise da carteira projetada, considerando-se cenários de orçamento e expectativa de crescimento das carteiras.

Os resultados dos cálculos de liquidez efetuados para os próximos três anos, seguindo esses modelos, demonstram que a Instituição tem e terá recursos suficientes para fazer frente a suas obrigações e apresenta posição com ampla margem de segurança no curto e longo prazos.

O CCB Brasil possui departamento de gestão de risco de liquidez para identificação, monitoração e controle de eventos que possam impactar a liquidez do banco tanto no curto quanto no longo prazo.

A gestão do risco de liquidez prevê:

I. Elaboração de fluxo de caixa para avaliação e monitoração da liquidez no curto e longo prazo;

II. Modelos estatísticos para estimar saídas imprevistas no fluxo de caixa com antecipação de resgate de CDB, pagamentos de ajustes de derivativos e depósitos adicionais de garantia na B3.

III. Testes de estresse para monitorar a saúde financeira em cenários adversos de liquidez.

Eventos que indiquem capacidade de liquidez inadequada às obrigações futuras da instituição são reportados ao Comitê de Tesouraria semestralmente para tomada de ações corretivas e preventivas.

O CCB Brasil apresenta em seu Balanço Patrimonial o Passivo Circulante maior que o Ativo Circulante, apurado de acordo com o vencimento nominal das suas operações, contudo o Conglomerado possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda (nota 5b) no montante de R\$ 7.246.134 (Dezembro/17 - R\$ 6.740.611), que mesmo classificados no ativo realizável a longo prazo representam investimentos de elevada liquidez em títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, além disso, parte dos passivos circulantes, são empréstimos efetuados junto à matriz na China no valor total de R\$ 5.779.755 (Dezembro/17 - R\$ 6.111.130), com vencimento inferior a um ano, que vem sendo sistematicamente renovados.

	2018		2017	
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Nominal	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	7.842.402	7.246.134	15.088.536	
Passivo Circulante	(18.246.949)	5.221.660	(13.025.289)	
Saldo Líquido	(10.404.547)	2.024.474	2.063.247	

	2017		2017	
	Liquidez Nominal	Reclassificação por Liquidez Efetiva	Liquidez Nominal	Liquidez Ajustada
Ativo Circulante	6.423.221	6.740.611	13.163.832	
Passivo Circulante	(14.025.454)	5.469.289	(8.556.165)	
Saldo Líquido	(7.602.233)	1.271.322	4.607.667	

31. Outras informações

a) **Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**
O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto à Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, cujo contrato exige manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelo credor mencionado.

MÚLTIPLO E CONSOLIDADO

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Capitalização (Basileia)	≥ 11%		≥ 11%	
Soma dos 20 maiores riscos sobre PR	≤ 300%		≤ 300%	
Concentração de risco por segmento de mercado	≤ 25%		≤ 25%	
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre "PR"	≤ 25%		≤ 25%	
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 85%		≤ 85%	
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0		> 0	

b) Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa - método indireto

	MÚLTIPLO		CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações no mercado aberto	2.654.995	53.008	2.654.995	53.008
Disponibilidades	40.221	92.599	40.427	93.107
Aplicações em moedas estrangeiras	170.871	190.936	170.871	190.936
Total	2.866.087	336.543	2.866.293	337.051

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		COMITÊ DE AUDITORIA	
Presidente:	Xilai Feng	Diretores Vice-Presidente:	Yongdong Jiang (Presidente em exercício)	Presidente e membro qualificado:	Heraldo Gilberto de Oliveira
Membros do Conselho:	Fanggen Liu Qiuyue Fang Liping Shang Daniel Joseph McQuoid Heraldo Gilberto de Oliveira	Diretores:	Hong Yang Milto Bardini Paulo Celso Del Ciampo Carlos José Roque Francisco Edênio Barbosa Nobre Claudio Augusto Rotolo	Membros do Comitê:	Walter Mallas Machado de Barros Daniel Joseph McQuoid

☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados com o exercício anterior.



Porque é um PAA

Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa - PCLD (Notas 3(e.4), 7 e 8) - Banco e Consolidado

A determinação do valor da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos e utilização de um conjunto de considerações por parte da Administração.

Nesse processo as operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração várias premissas e fatores, incluindo a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, realização de garantias, bem como as normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil - Resolução CMN nº 2.682.

Tendo em vista esses aspectos, bem como a relevância dos montantes envolvidos, essa é uma área de estimativa crítica contábil e foi definida como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa que tratam: (i) da integridade e totalidade da base de dados extraída dos sistemas subjacentes; (ii) concessão de crédito e a respectiva análise e monitoramento do risco do devedor, incluindo contratos renegociados; (iii) confronto entre os valores apurados de provisão para operações de crédito de liquidação calculados e os valores contabilizados; (iv) processos estabelecidos pela Administração para cumprimento das normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como para as divulgações em notas explicativas.

Analisamos os critérios descritos em política e os utilizados pela Administração para determinação do risco de crédito das operações, bem como recalculamos as provisões com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº 2.682. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e registro contábil da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Créditos tributários (Notas 3(g.2) e 26) - Banco e Consolidado

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas possuem ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre lucro líquido, cujo registro é suportado por estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Foi realizada, no exercício de 2018, a baixa dos créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, para os quais não há expectativa de realização no prazo de até 10 anos, conforme previsto pela Resolução CMN nº 3.059.

Considerando que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideraram a atualização do entendimento do processo de apuração e registro dos créditos tributários nos termos das normas fiscais e contábeis.

Com o auxílio de nossos especialistas, analisamos a consistência das premissas relevantes utilizadas no estudo de realização do crédito tributário com informações de projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável, bem como a metodologia utilizada para estimar os lucros tributáveis, e a coerência lógica e aritmética dos cálculos.

Discutimos com a Administração e confirmamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização dos créditos tributários pelos órgãos adequados da Administração.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como créditos tributários, consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles gerais, poderia ocasionar no processamento incorreto de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações.

Dessa forma, o ambiente de tecnologia da informação foi considerado uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do entendimento e teste do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles automatizados ou dependentes de tecnologia relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Com o auxílio de nossos especialistas, os principais procedimentos executados envolveram testes de controles relacionados com a segurança da informação, atrelados aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas, segurança de acessos a programas e banco de dados, segurança física do centro de processamento de dados, incluindo gestão de acesso e segregação de função.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e os controles estabelecidos pela Administração apresentaram uma base razoável para suportar os principais processos de negócios que fornecem informações utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2019



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora – CRC 1SP221490/O-0

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEMESTRE E EXERCÍCIO ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2018

O Comitê de Auditoria do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB, instituído em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil - BACEN e ao estatuto social da Instituição, é composto por três membros independentes, dois dos quais também membros do Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas: (i) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do CCB e de suas controladas; (ii) à qualidade e eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos, e (iii) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou funções executivas.

O Comitê de Auditoria analisou a qualidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (incluindo o consolidado prudencial) relativas ao semestre e ao ano encerrados em 31 de dezembro de 2018, com foco na aplicação das práticas contábeis adotadas pelo mercado e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN. O Comitê avaliou as recomendações propostas pelas Auditorias Interna e Independente, bem como os apontamentos do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos. O Comitê, com base nas informações e relatórios recebidos das áreas de controles internos e riscos, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios da Auditoria Independente, concluiu que não foram apontadas falhas no cumprimento da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Instituição. A Administração é responsável pela definição e implementação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. A Administração também é responsável pela definição e implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade adequada e com independência.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade, controles internos, auditoria interna, riscos e com os Auditores Independentes, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da Instituição.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com o Conselho de Administração, representantes dos acionistas e com Diretores da Instituição, expondo suas opiniões e recomendações, no âmbito de sua atuação, tendo ainda discutido com a Administração as recomendações apresentadas pelos Auditores Independentes.

O Comitê de Auditoria discutiu com os responsáveis pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta-se sem ressalvas. Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) levantados pela PwC são: (i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; (ii) créditos tributários, ressaltando-se o fato da baixa parcial registrada, que ocorreu com a ciência do BACEN; e (iii) ambiente de tecnologia da informação. Esses assuntos foram discutidos com os responsáveis pela PwC, assim como outros, relacionados com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da auditoria independente do banco e suas controladas.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas auditadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da Instituição. O Comitê de Auditoria chama atenção para a baixa parcial ocorrida no ativo fiscal diferido, em função do histórico de prejuízos, e das condições descritas na nota explicativa 26.

O relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião nesta data.

São Paulo, 25 de março de 2019

Daniel Joseph McQuoid

Heraldo Gilberto de Oliveira
Presidente

Walter M. Machado de Barros